

CAPÍTULO 6

TORNA-SE NEGRO: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO NA OBRA DE NEUSA SANTOS SOUZA

Douglas Luiz de Oliveira Moura

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Especialista em Direitos Humanos pela Faculdade Internacional Signorelli (FISIG). Especialista em Cultura Afro-brasileira pela Faculdade Internacional Signorelli (FISIG). Especialista em Direito Constitucional pela Faculdade Internacional Signorelli (FISIG)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi abordar a visão da autora Neusa Santos Souza, sobre o processo de subjetivação do tornar-se negro. Foi realizado através da metodologia de pesquisa e coleta de informações de ordem teórica, viabilizada através de levantamento bibliográfico. Quanto aos procedimentos, portanto, classifica-se como pesquisa bibliográfica, pois através de bibliografia referente ao tema se torna possível a discussão sobre o tema de estudo. A revisão bibliográfica parte do estabelecimento lógico do tema para o estudo e a leitura da bibliografia proporciona evocar a base de conhecimento atual sobre o tema. Quanto à abordagem do problema, caracteriza-se como pesquisa qualitativa, pois busca a análise de informações de diversas fontes, para a elaboração do trabalho a partir de fontes confiáveis sobre o tema em questão. Quanto aos objetivos, trata-se de pesquisa exploratória, buscando dados para a elaboração em diversos meios, envolvendo a pesquisa bibliográfica, que proporciona maior conhecimento e familiaridade com o tema. Com o resultado foi possível concluir que é fundamental reconhecer e desafiar as estruturas de poder e privilégios que perpetuam a desigualdade racial. Isso implica promover políticas inclusivas, garantir igualdade de oportunidades e criar um ambiente que valorize a diversidade étnico-cultural, permitindo que os negros em ascensão social possam alcançar seu pleno potencial sem comprometer sua identidade. A obra de Neusa Silva Souza revela a complexidade e os desafios enfrentados pelos negros ao se confrontarem com estereótipos, preconceitos e a necessidade de se afirmarem em uma sociedade marcada por uma estrutura racista e excludente. Ela aponta para a ferida narcísica gerada por essa tentativa, evidenciando como a busca por um Ideal de Ego baseado em modelos brancos pode resultar em conflitos internos, sentimentos de

inadequação e negação da própria identidade. Sua abordagem ressalta a necessidade de um movimento de reconstrução identitária, no qual os negros se libertem desses padrões impostos, busquem novos referenciais e se afirmem enquanto sujeitos autênticos e reconhecidos em sua pluralidade. A obra aponta para a urgência de um movimento coletivo de valorização e afirmação da identidade negra, colocando em evidência a importância da emancipação subjetiva como um passo crucial rumo à igualdade e justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; Identidade; Igualdade; Justiça social.

INTRODUÇÃO

Mencionar o Brasil é falar de uma nação miscigenada, na qual as culturas portuguesa, indígena, africana e europeia se entrelaçam profundamente, gerando uma identidade cultural singular. No contexto dos afrodescendentes, estes desempenharam um papel crucial na cultura, economia e sociedade, considerando que o Brasil foi o principal destino de trinta e oito por cento de todos os africanos escravizados durante a época colonial, conforme Pinsky (2000). Entre 1501 e 1866, mais de cinco milhões e meio de negros foram transportados da África para o Brasil, dos quais pouco mais de quatro milhões chegaram vivos ao país. Esses indivíduos, arrancados à força de diversas regiões do continente africano, desempenharam variadas funções no Brasil, trabalhando nas plantações de algodão, tabaco, cana-de-açúcar, café, bem como nas minas de ouro, prata e diamantes. Mais tarde, atuaram como vendedores ambulantes, comerciantes, artesãos, soldados e desempenharam funções de segunda classe no contexto ascendente do capitalismo.

Após a abolição da escravatura, os afrodescendentes passaram a ocupar predominantemente empregos assalariados, muitas vezes realizando trabalhos de baixa qualificação, o que resultou em sua permanente marginalização na sociedade. Essa marginalização gerou uma dupla discriminação: por ser negro e por ser economicamente desfavorecido. Infelizmente, essa situação persiste até os dias atuais, já que a maioria faz parte das classes sociais mais baixas, e os estereótipos contribuem para manter essa condição inalterada (Bairros, 2003).

Nos quarenta anos posteriores à abolição, segundo Santos (2005), houve uma redução das oportunidades socioeconômicas para a população negra e mestiça. Este foi o contexto em que se deu o término da escravidão

e também se inseriu a imigração europeia, marcada por nuances racistas, intensificando e agravando a marginalização de negros, indígenas e mestiços. Isso aconteceu porque os imigrantes ocuparam as funções mais dinâmicas na sociedade em formação, embora muitas vezes essas funções fossem extremamente exploradoras. Além disso, concentraram-se principalmente no Sudeste, deixando as massas negras em regiões mais subdesenvolvidas do país (Santos, 2005).

De acordo com as reflexões de Florestan Fernandes, mencionadas por Guimarães e Huntley (2000), a partir de 1945, durante a rápida transição da sociedade brasileira para o contexto urbano-industrial, houve um processo de individualização da população negra em São Paulo. Este período enfatizou a mobilidade social individual, embora, mesmo com o aumento das oportunidades de ascensão, apenas um pequeno grupo de negros conseguiu escapar da pobreza. Os estudos de Florestan Fernandes sugerem que os preconceitos étnicos desempenharam um papel fundamental ao impedir a plena participação dos negros e mulatos em condições de igualdade de oportunidades e tratamento na sociedade brasileira.

É inegável a existência de práticas discriminatórias, tanto institucionais quanto individuais, contra estudantes negros nas escolas. Esse tratamento excludente resulta na subqualificação desproporcional dos trabalhadores negros, tornando-os menos capacitados para competir com os brancos ao ingressar no mercado de trabalho em busca de emprego. Se a única explicação para as baixas posições ocupadas pelos negros no mercado de trabalho fosse a sua formação escolar, poderia ser justificado que a maior concentração de negros em setores que não exigem especialização contribuiria para a sua posição socioeconômica mais baixa na estrutura social. No entanto, conforme alertado por Cunha e Gomes (2007), o salário médio real dos negros por hora de trabalho é inferior ao pago aos brancos, mesmo atuando nos mesmos setores.

Assim, como foi visto, a população negra no Brasil ocupou as camadas socioeconômicas mais baixas, vivenciando condições de vida precárias e desfavorecidas na hierarquia social. Essa persistência de condições de vida indignas para a população negra evidencia um racismo silencioso e não explícito. O preconceito e a discriminação racial continuam enraizados na sociedade brasileira (Damasceno; Zanello, 2018).

A maioria significativa da população negra vive em constante angústia mental, resultado das precárias condições de vida atuais e da falta de perspectiva para um futuro melhor. Esta situação gera diversos sintomas físicos e psicológicos, como tensão emocional persistente, angústia,

ansiedade e episódios momentâneos de distúrbios comportamentais e de pensamento, conforme relatado por pessoas sujeitas ao racismo (Silva, 2005, p.130). Essa condição constante pode causar transtornos físicos, incluindo taquicardia, hipertensão arterial, úlcera gástrica, além de desencadear problemas psicológicos, como ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de expressão, explosões de raiva aparentemente sem motivo, distúrbios na identidade e na autoimagem. A exposição diária a situações humilhantes e constrangedoras pode provocar uma série de desequilíbrios nos aspectos psicológicos e emocionais (Silva, 2005).

Com isso, este estudo tem o objetivo de abordar a visão da autora Neusa Santos Souza, sobre o processo de subjetivação do tornar-se negro.

O estudo é realizado através da metodologia de pesquisa e coleta de informações de ordem teórica, viabilizada através de levantamento bibliográfico. Quanto aos procedimentos, portanto, classifica-se como pesquisa bibliográfica, pois através de bibliografia referente ao tema se torna possível a discussão sobre o tema de estudo. A revisão bibliográfica parte do estabelecimento lógico do tema para o estudo e a leitura da bibliografia proporciona evocar a base de conhecimento atual sobre o tema. Quanto à abordagem do problema, caracteriza-se como pesquisa qualitativa, pois busca a análise de informações de diversas fontes, para a elaboração do trabalho a partir de fontes confiáveis sobre o tema em questão. Quanto aos objetivos, trata-se de pesquisa exploratória, buscando dados para a elaboração em diversos meios, envolvendo a pesquisa bibliográfica, que proporciona maior conhecimento e familiaridade com o tema.

REVISÃO DE LITERATURA

Damasceno e Zanello (2018) fizeram um estudo com o objetivo de identificar, na literatura científica brasileira, estudos que abordassem o impacto do racismo na saúde mental da população negra no Brasil. O objetivo específico consistiu em avaliar o papel da Psicologia nesse contexto. As buscas foram conduzidas nas plataformas SciELO e Lilacs, abrangendo o período de 1999 a 2014, resultando em 509 artigos. Estes foram criteriosamente filtrados de acordo com critérios pré-definidos. Dezenove artigos foram selecionados para análise, mesmo que não se concentrassem exclusivamente no impacto do racismo na saúde mental. A análise revelou uma produção acadêmica limitada sobre o tema no contexto brasileiro, evidenciando uma contribuição insuficiente da Psicologia e ainda menos das demais disciplinas relacionadas aos Centros de Assistência Psicossocial

(CAPS), instâncias de cuidado público em saúde mental. Vale ressaltar que esses serviços são amplamente procurados pela população negra de baixa renda, que depende do sistema de saúde pública para obter assistência.

Pantoja et al (2019) fizeram um estudo com o objetivo de investigar o racismo direcionado aos negros na história do Brasil, com o intuito de compreender suas implicações psicológicas. Os métodos bibliográfico e histórico foram empregados para analisar conteúdos e compreender os fenômenos presentes na construção da sociedade brasileira, além de investigar os efeitos psíquicos resultantes da emergência do racismo. Com o estudo os autores puderam concluir que através de registros históricos e estudos sobre saúde em diferentes períodos, constatou-se que os negros sujeitos à discriminação são mais suscetíveis a desenvolverem problemas psíquicos, tais como ansiedade, ataques de pânico, baixa autoestima, depressão, questões relacionadas à identidade e distorção da autoimagem.

No Brasil, o racismo contra a população negra está profundamente enraizado na construção sócio-histórica e cultural do país. Desde os tempos das colônias portuguesas e das missões dos jesuítas, houve uma preocupação em colocar os negros em uma posição de inferioridade, associando-os ao valor de negociação e mercadoria. Na época da exploração dos engenhos de açúcar, a sociedade rica branca os via apenas como capazes de realizar atividades manuais pesadas, como limpeza doméstica para as mulheres e trabalho na colheita de cana para os homens. Mesmo após a abolição da escravidão, a ideia de que o negro era inferior persistiu, influenciada pelas filosofias europeias, apesar da miscigenação cultural que é mais aceita atualmente. O racismo afeta significativamente a vida e a saúde mental dos negros, levando ao desenvolvimento de transtornos como estresse, ataques de pânico, baixa autoestima, depressão e distorção da autoimagem. Esses sinais e sintomas podem até levar ao aumento dos índices de suicídio entre a população negra. A maneira como a sociedade se desenvolveu, com os negros enfrentando as piores condições de desenvolvimento, acesso e garantia de direitos, pode impedir que essa população desfrute de uma melhoria considerável na qualidade de vida e na inclusão social a curto prazo. Diante disso, torna-se evidente a urgência de dar mais espaço político ao tema do racismo, dada sua influência histórica e cultural, que impacta de forma constante e direta a vida das pessoas na contemporaneidade.

De acordo com Alencar e Silva (2021), os trabalhadores negros enfrentam desvantagens ao terem sua cidadania restringida, sendo sujeitos a discriminação e desproteção social ao longo de suas trajetórias laborais, o

que os leva a adotar um comportamento de silenciamento. Esse silenciamento é percebido como uma estratégia defensiva diante dos impactos negativos da exclusão social e da aceitação superficial, um contexto que limita sua autonomia e o reconhecimento de suas habilidades. As reações diárias são moldadas pela autoimagem e autoconceito, além do julgamento externo sobre a contribuição que oferecemos no ambiente de trabalho. Em relação ao trabalhador negro, o ambiente laboral tende a ser adverso à diversidade, resultando em situações de inserção subalterna e tratamento discriminatório, afetando negativamente a autoestima e a percepção de si mesmo. Viver experiências de trabalho em posição subalterna e discriminada pode gerar sofrimento no ambiente laboral. Para evitar que o sofrimento laboral se torne patogênico e, ao invés disso, seja uma fonte de criatividade e satisfação, é fundamental que a organização do trabalho permita a contribuição coletiva, a autonomia na execução das tarefas e um espaço para debate e avaliação entre aqueles que vivenciam o trabalho diariamente.

Fernandes e Souza (2016) abordam as representações étnico-raciais, destacando a formação histórica dessas imagens sociais e seu impacto na sociedade. Descreve como as narrativas hegemônicas, fundamentadas numa perspectiva eurocêntrica, estabelecem padrões sociais normativos associados ao homem branco heterossexual, marginalizando e excluindo aqueles que não se enquadram nesse modelo. Além disso, ressaltam como teorias pseudocientíficas do passado, baseadas em marcadores corporais, reforçaram a ideia equivocada de que a identidade é determinada pelo corpo, sendo essas categorizações variáveis em diferentes contextos culturais. Argumenta que os marcadores sociais, como raça e gênero, influenciam a produção e construção das identidades individuais, mas não as definem por completo, já que a identidade é moldada e negociada em um contexto de diversas diferenças, como de gênero, sexualidade e classe, de acordo com Stuart Hall (Fernandes; Souza, 2016).

Ainda, os autores destacam como o racismo estabelece barreiras entre os diferentes grupos sociais no Brasil, criando uma dicotomia entre ser negro e ser branco, baseada em estereótipos negativos para os primeiros e positivos para os últimos. O racismo nega a alteridade da população negra, fixando-a em estereótipos de inferioridade e maldade, desconsiderando suas diferenças individuais e impondo uma "marca do plural". Mencionam o conceito de "esquema epidérmico" de Frantz Fanon, que descreve o processo de estigmatização do negro, principalmente relacionado à cor da pele, aproximando-o da teoria do estigma de Erving Goffman. Destaca-se a

análise de Izildinha B. Nogueira sobre o corpo negro, evidenciando como as significações sobre esse corpo foram culturalmente formuladas, criando um repertório de inaceitabilidade e associando o corpo branco a atributos morais e intelectuais positivos. O texto adverte sobre a transformação da categoria "negro" em uma essência racializada, ignorando a diversidade, a memória histórica e o contexto social e cultural dos indivíduos (Fernandes; Souza, 2016).

A categorização do negro é uma tentativa de aprisioná-lo a uma alteridade forjada, a um lugar social que lhe impõe características de desacreditado. Ou seja, na relação social, a "marca" que lhe é impingida faz recair sobre ele um olhar de descrédito que impede que ele possa ser percebido pela totalidade de seus atributos e de forma individual. Nota-se que a identidade pessoal é subsumida à identidade social. O que faz com que o sujeito negro seja compreendido de acordo com a essencialização de seu grupo étnico-racial. Nas palavras de Edith Piza: "[...] o lugar do negro é o lugar de seu grupo como um todo e do branco é o de sua individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo" (Fernandes; Souza, 2016, p. 108).

Souza (2021) busca estabelecer um tipo específico de conhecimento: um "discurso do negro sobre o negro em relação à sua vida emocional" (p. 45). Souza enfatiza a importância desse discurso na (re)organização de uma identidade negra baseada no amor-próprio e na valorização da negritude. Ela enfatiza que "ser negro" não é uma condição pré-determinada. É um processo de tornar-se negro, que envolve descobrir e criar uma narrativa sobre si mesmo, uma linguagem que não existia anteriormente. A abordagem de Souza (2021) sobre o processo de subjetivação do "tornar-se negro" é profundamente enraizada na análise das experiências vividas por indivíduos negros em sociedades marcadas por estruturas raciais e opressões sistemáticas. Ela se concentra na construção da identidade negra, levando em consideração o contexto social, histórico e cultural que molda essa subjetividade. Souza argumenta que a subjetivação do "tornar-se negro" não é um processo individual isolado, mas sim uma experiência enraizada em relações de poder, estereótipos, preconceitos e hierarquias raciais que permeiam a sociedade. Ela examina como os indivíduos negros internalizam

e respondem a essas dinâmicas sociais, formando suas identidades dentro desse contexto.

Souza (2021) destaca a importância de compreender a negritude não apenas como uma categoria racial, mas como uma experiência multifacetada que é vivenciada de maneira singular por cada indivíduo. Ela explora as maneiras pelas quais os sujeitos negros constroem suas identidades, resistem às opressões e reivindicam suas histórias e culturas dentro de um ambiente social que muitas vezes marginaliza e subestima sua existência. Além disso, Souza critica a ideia de uma identidade negra fixa e homogênea, enfatizando a diversidade de vivências e trajetórias dentro da comunidade negra. Ela ressalta a importância de considerar a interseccionalidade de identidades, como gênero, classe social, orientação sexual, entre outras, que influenciam e moldam a experiência de ser negro

Souza (2021) ainda destaca a resistência, a resiliência e as estratégias de enfrentamento adotadas pelos indivíduos negros para reivindicar sua humanidade, desafiar estereótipos e redefinir narrativas sobre si mesmos e suas comunidades. Ela convida a uma reflexão crítica sobre as estruturas sociais que perpetuam o racismo e sugere a necessidade de transformação dessas estruturas para alcançar uma sociedade mais igualitária e justa para todos.

Na sociedade, o indivíduo negro se depara com a pressão de se integrar através de valores e modelos de identificação brancos, vistos como a única maneira de alcançar reconhecimento e pertencimento social (Souza, 2021, p. 46). Ao perceber que ser tratado com respeito implica se assemelhar ao branco (Souza, 2021, p. 50), surge o desejo de adotar esses padrões para ser considerado igualmente humano, mesmo que isso signifique se distanciar de sua própria identidade racial. A busca por essa semelhança é muitas vezes feita por meio da ascensão social, já que o termo "branco" está associado a status econômico e social. No entanto, ceder a essas expectativas brancas resulta em um alto custo emocional para o indivíduo negro, envolvendo submissão e negação de sua identidade histórico-existencial.

De acordo com Souza (2021), os negros no Brasil são pressionados a adotar a "vestimenta do branco" para alcançar aceitação e inserção social. No entanto, salienta que o custo emocional para ser equiparado moralmente ao branco é muito alto, envolvendo uma negação dupla de si mesmos: como indivíduos e como parte de um grupo racial. Esta estratégia para lidar com a angústia resultante da discriminação racial, buscando ascensão individual como uma "exceção que confirma a regra", é enganosa, pois estipula um

"preço de reconhecimento" ao negro com base na intensidade da sua negação (Souza, 2021, p. 53).

A autora ainda discute como esses indivíduos se veem na imagem distorcida retratada pelo "mito negro", um discurso ilusório que nega a história para transformá-la em algo "natural", carregando todos os simbolismos negativos associados aos negros, que são vistos como "objeto da história" e são submetidos ao "complexo de inferioridade", reunindo todos os simbolismos pejorativos associados aos sujeitos negros capazes de "estruturar um espaço, feito de expectativas e exigências, ocupado e vivido pelo negro como objeto da história" (Souza, 2021, p. 55). Estes valores da ideologia do branqueamento são internalizados especialmente no contexto familiar, um ambiente crucial para a formação do sujeito e a introdução à linguagem e cultura, onde a branquitude é estabelecida como um valor.

Souza (2021) argumenta que a busca do Ego pela realização do Ideal do Ego, geralmente resulta em frustração, definindo na subjetividade negra uma busca impossível de concretização. Ela destaca que o Ideal do Ego para os negros, predominantemente constituído pelos padrões sociais, é de brancura, o que é inatingível para eles. Segundo a autora, este processo cria uma ferida narcísica que desencadeia efeitos psicológicos como culpa, inferioridade, defesa fóbica e depressão. Quando se depara com a impossibilidade de se tornar branco, a opção por um parceiro branco se torna uma tentativa fantasiosa de realizar o inalcançável Ideal do Ego através de uma relação afetivo-sexual. Esses processos sociais e subjetivos revelam a influência profunda do racismo e o sofrimento que ele gera em uma sociedade em que o padrão de beleza e a noção de realização estão ligados à brancura.

Através do processo de reconhecer-se como negro, o indivíduo afrodescendente liberta-se da negação de sua identidade, um efeito da tentativa de se ajustar a padrões brancos como uma forma de progredir. "O afrodescendente que adota o branco como seu Ideal de Ego causa uma ferida narcísica profunda e dilacerante, que, para ser curada, requer a construção de um novo Ideal de Ego" (Souza, 2021, p. 77). Ao rejeitar o Ideal de Ego branco e criar um novo Ideal de Ego através da valorização da identidade negra, o indivíduo negro busca "reconectar-se com sua história e reconstruir-se com base em suas próprias capacidades" (Souza, 2021, p. 46).

Para escapar das ilusões da suposta democracia racial no Brasil, onde busca se realizar como um "negro com alma branca", o sujeito afrodescendente deve se envolver em uma jornada de reconstrução pessoal, forjando uma identidade autêntica e própria (Souza, 2021, p. 116). A autora informa que a questão identitária é fundamental no debate sobre raça e nas

discussões políticas contemporâneas. Assim, Souza enxerga a identidade negra como uma construção histórico-existencial, percebendo-a como um processo contínuo de formação política e subjetiva.

Nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negróide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra. Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência [...] Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (Souza, 2021, p. 115).

Existem várias barreiras que impedem o avanço social dos negros, contribuindo para ampliar a distância entre sua identidade como indivíduos e como grupo. Resultado da sociedade escravocrata, a desigualdade racial que marginalizava os negros em relação às populações nacionais era mantida e fortalecida pelo preconceito racial, que sustentava a supremacia branca nas relações entre diferentes raças. Uma reação comum, originada da assimilação da imagem do negro construída pelo branco, é a aceitação tácita da inferioridade por parte dos negros, evitando confrontos diretos com os brancos. Essas respostas ao preconceito racial não apenas representavam obstáculos para a ascensão, mas também causavam danos à autoimagem dos negros, levando-os a avaliações depreciativas de si mesmos (Souza, 2021).

A história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação (Souza, 2021, p. 23).

Arraigado em nossa estrutura social e presente no superego de pais e filhos, o mito negro, permeado por sua contingência, se coloca como um

desafio para todo negro que rejeita a submissão. Encarando-o de forma intensa e desconcertante, o negro se vê confrontado por um desafio complexo: compreendê-lo e anulá-lo. Assim como Édipo diante da esfinge, o desafio é apreender o conhecimento, desvendar o enigma e, assim, neutralizar o adversário para conquistar a liberdade. Este propósito é uma tarefa compartilhada entre negros e não-negros, uma vez que o mito negro é composto por imagens fantasmagóricas compartilhadas por ambos. É crucial para todos nós a construção de um mundo sem a divisão entre negros e brancos. No entanto, como a vítima da opressão, cabe ao negro liderar essa batalha, assumindo um papel ativo para alcançar uma verdadeira libertação. O mito negro se estabelece rompendo com uma das características do mito - a identificação - e impondo a marca do excepcional, do diferente (Souza, 2021).

CONCLUSÃO

Com o estudo ficaram claros os desafios e complexidades enfrentados por indivíduos negros que buscam alcançar uma posição social mais elevada dentro da estrutura da sociedade brasileira.

Os estigmas, preconceitos e as complexidades históricas, sociais, econômicas e culturais em relação aos negros no Brasil são legados do período colonial, persistindo ao longo da história do país. Embora o processo de redemocratização e suas influências na legislação sejam relativamente recentes, enfrentam diversos desafios em sua implementação.

É claro que o racismo, a discriminação e a exclusão ainda permeiam toda a sociedade brasileira, revelando-se de maneira ampla e profunda. O enfrentamento desses problemas exige uma reflexão extensa e contínua, um processo que se desenvolve gradualmente, ainda em estágios iniciais.

As ações afirmativas não apenas representam atos democráticos que reconhecem a diversidade cultural e buscam justiça social, mas também são formas de combater a discriminação e promover a interculturalidade. Ao reestruturar as representações e práticas sociais, essas ações convocam novos parâmetros de convivência e reconhecimento, buscando produzir resultados eficazes de forma consistente, sem depender exclusivamente de imposições normativas, mas sim pelo convencimento e conscientização.

Além de abordar a existência do racismo no Brasil e suas ramificações, as ações afirmativas visam a superar a exclusão social não apenas de aspecto étnico, mas também de gênero, especialmente no caso das mulheres negras. O Estatuto da Igualdade Racial é uma legislação

profunda, pois redefiniu a população brasileira, introduzindo o conceito de afro-brasileiro e tornando-o a base das ações afirmativas. Essa medida representa uma vitória significativa para os afrodescendentes, ao dar visibilidade à questão racial, proporcionar dados claros sobre a discriminação e instituir a participação ativa do Estado no combate à desigualdade de oportunidades e tratamento.

Ainda, o processo de ascensão social para os negros no Brasil é atravessado por múltiplos obstáculos, incluindo a persistência do racismo estrutural e a perpetuação de estereótipos e preconceitos enraizados na cultura e na história do país. Ao tentar avançar socialmente, os negros se deparam com barreiras sistêmicas que limitam suas oportunidades, criando um ambiente que desafia sua identidade e autoimagem.

A ascensão social muitas vezes exige dos negros um esforço adicional para superar as desigualdades, lutar contra a discriminação e se desvincular de estereótipos negativos. Nesse processo, eles enfrentam dilemas emocionais complexos, incluindo a necessidade de conciliar sua identidade cultural com as expectativas e normas sociais predominantes.

A busca por ascensão social pode gerar um conflito interno entre a identidade étnico-cultural e a pressão por assimilação em um sistema que frequentemente favorece os padrões eurocêntricos. Isso pode levar a uma fragmentação da identidade, à negação de raízes culturais e à adesão a modelos de sucesso social baseados em valores brancos e ocidentais.

No entanto, muitos negros em ascensão social buscam redefinir suas identidades de maneira positiva, resgatando e valorizando suas raízes culturais, promovendo a autoaceitação e contribuindo para a desconstrução de estereótipos e para a diversidade cultural.

Conseqüentemente, é fundamental reconhecer e desafiar as estruturas de poder e privilégios que perpetuam a desigualdade racial. Isso implica promover políticas inclusivas, garantir igualdade de oportunidades e criar um ambiente que valorize a diversidade étnico-cultural, permitindo que os negros em ascensão social possam alcançar seu pleno potencial sem comprometer sua identidade.

A abordagem de Neusa Silva Souza sobre a subjetividade do tornar-se negro é um convite à reflexão profunda sobre os processos individuais e coletivos de construção da identidade negra no contexto brasileiro. Sua obra revela a complexidade e os desafios enfrentados pelos negros ao se confrontarem com estereótipos, preconceitos e a necessidade de se afirmarem em uma sociedade marcada por uma estrutura racista e excludente.

Ao longo de sua análise, Neusa Silva Souza destaca a tentativa muitas vezes dolorosa de indivíduos negros de se inserirem em um padrão social que, historicamente, esteve associado à branquidão. Ela aponta para a ferida narcísica gerada por essa tentativa, evidenciando como a busca por um Ideal de Ego baseado em modelos brancos pode resultar em conflitos internos, sentimentos de inadequação e negação da própria identidade.

Sua abordagem ressalta a necessidade de um movimento de reconstrução identitária, no qual os negros se libertem desses padrões impostos, busquem novos referenciais e se afirmem enquanto sujeitos autênticos e reconhecidos em sua pluralidade. A obra de Neusa Silva Souza oferece não apenas uma análise crítica, mas também aponta para a urgência de um movimento coletivo de valorização e afirmação da identidade negra, colocando em evidência a importância da emancipação subjetiva como um passo crucial rumo à igualdade e justiça social.

REFERÊNCIAS

BAIRROS, Luiza. Desemprego: O Negro é o Primeiro que Sobra. Força de Trabalho e Emprego. SINE/SETRAS, Salvador, v. 10, n. 1, p. 55-60, jan./abr., 2003.

CUNHA, Olívia; GOMES, Flávio (org.) Quase-cidadão: antropologias e histórias do pós-emancipação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. L. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 38 n°3, 450-464, Jul/Set. 2018.

FERNANDES, V. B.; SOUZA, C. C. C. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 63, p. 103-120, 2016. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (org.). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

PANTOJA, D. C.; RODRIGUES, E. C.; ABRANTES, D. S. S. O negro e o racismo no Brasil: Ênfase nas consequências psicológicas. Revista Arquivos Científicos (IMMES). Macapá, AP, v. 2, n. 2, p. 16-22, 2019.

PINSKY, Jaime. A Escravidão no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

SANTOS, Sales Augusto dos (org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 171p